

Uma homenagem a Maria: pensando mutualidade do ser e fazer família nas relações de campo etnográfico

André Omissilê Justino

- Você já morou num convento?!?!
- Eu já vivi muita coisa nessa vida, André...
- Então eu vou ter que escrever um livro só sobre você!

Diário de Campo, agosto de 2019

É uma história um pouco longa...

Era⁴⁶ fim de uma noite de julho, meu quinto mês em campo e o primeiro vivendo na *Zona*⁴⁷, bairro de minhas interlocutoras, na capital de Cabo Verde, Praia. Eu havia chegado ao bairro para realizar uma pesquisa com crianças, buscando mapear, por intermédio da etnografia, a experiência da infância no pequeno arquipélago do oeste africano. O calor era demais e ainda vestíamos a roupa do dia de trabalho no Jardim Acalanto de Maria. O costume era repassar mentalmente

46 Agradeço não só às minhas interlocutoras, mas também àquelas cujas leituras me ajudaram a elaborar e aprimorar este texto.

47 *Zona* é uma categoria do crioulo cabo-verdiano utilizada para indicar pertencimento geográfico, geralmente utilizada em contextos relacionais e oposições entre a origem de quem fala e a de quem ouve. Utilizo esse termo para ocultar o bairro onde a pesquisa se realizou, assim como altero nomes e embaralho alguns dados que poderiam facilitar a identificação de minhas interlocutoras, no intuito de protegê-las.

os dados construídos ao longo do dia, aproveitando para comentar algo, ou fazer alguma pergunta para a interlocutora adulta que se sentava à minha frente, mas, nessa noite, o silêncio imperava.

Nossos dias quase sempre terminavam da mesma forma, de modo que estávamos só nós duas sentadas à mesa, Maria e eu. Os dois filhos dela estavam desde cedo na casa de uma vizinha jogando videogame. A luz na casa havia acabado novamente, era a quarta vez na semana que alguém cortara o fio de onde obtínhamos a *lus furtadu* (como chamavam a luz obtida por uma ligação paralela à da concessionária local). À luz de uma longa vela branca, jantávamos o cozido de frango com lentilha bastante saboroso que ela preparara e, a despeito do calor escaldante de uma noite do auge do verão cabo-verdiano, sentíamos prazer ao compartilhar a refeição quente. Estávamos em silêncio, não por falta de palavras, mas por puro cansaço. Durante o dia, a casa abrigava as crianças que frequentavam o jardim infantil e algumas ficavam até tarde, indo embora após as sete da noite. Nesses dias, chegávamos a ensaiar uma comemoração quando acabava o expediente e ela dizia que, no calor, as crianças pareciam ficar mais agitadas. Sem as crianças do jardim, que funcionava na casa de Maria, e sem seus dois filhos discutindo quem lavaria a louça do jantar ou debatendo resultados do campeonato português de futebol, a casa ficava quieta demais. Decidi quebrar a quietude para saber algo que me intrigava há um tempo:

– Maria? – chamei, entre uma colherada e outra.

– Hmm? – ela respondeu, deixando de lado o prato vazio.

– Você me passou um *pendrive* semana passada e pediu que eu copiasse as fotos para meu computador para que as fotos da festa de finalista pudessem ser salvas lá, você lembra? Quem eram aquelas pessoas na foto? – perguntei, sem esperar que ela dissesse se lembrava ou não.

Eu me referia a um favor que ela havia pedido, já que meu computador era o único que funcionava na casa e seus filhos não sabiam (ou não queriam) realizar o procedimento. Com o tempo, nossa relação havia se estabelecido como uma série de trocas de favores: as habilidades e ajuda dela na minha inserção no campo por um lado, e minha disposição e tempo para sair pela cidade realizando pequenas tarefas burocráticas e meu conhecimento de informática e elétrica, por outro. Essa relação, no entanto, estava longe de ser utilitária, era uma relação de cuidado, na qual buscávamos facilitar a vida um do outro na lida do dia a dia, um cuidado que floresce do afeto e da vontade de se ajudar mutuamente.

As fotos da festa de finalista eram aquelas feitas na formatura das crianças do jardim, que fora realizada no fim de junho e que Maria queria guardar de recordação, mas, sem espaço no *pendrive*, precisava apagar outros arquivos. No dispositivo que ela me passara havia uma única pasta com centenas de fotos de um evento que eu logo compreendi se tratar de um rito fúnebre. Havia muitas mulheres chorando, e todas as pessoas estavam vestidas formalmente, ou seja, os homens com ternos muito bem passados e as mulheres com longos vestidos e panos coloridos em volta dos ombros. Todas as pessoas aparentavam ter mais de 40 anos e eu não as conhecia, com exceção da própria Maria, que aparecia em algumas fotos no final da seleção. Ao perguntar, gostaria de confirmar um palpite que me ocorrera:

– São minhas *gentes* lá da Guiné, aquelas fotos são do enterro do meu pai! – ela respondeu, com seu característico sorriso de canto de boca. – Minha irmãzinha, aquela de quem lhe falei, não pôde ir ao enterro, porque é pequena, então minha irmã mais velha tirou as fotos para que ela pudesse ver quando tivesse idade.

Então meu palpite estava certo, era óbvio que aquele quem eu via deitado em um caixão era o homem que passei a conhecer por histórias. O cuidado com o qual ela guardava o *pendrive* e a relutância em transferir os arquivos sob o risco de perdê-los eram indicativos fortes. Fiquei em silêncio contemplando a nova informação e, de certa forma, em respeito à memória do idoso que fizera sua passagem algum tempo antes de eu chegar ao campo. Senti, como de costume, aquela tristeza que emanava da nostalgia de Maria em relação a sua terra, a Guiné-Bissau. Ela me contava das castanhas e dos cajus e, repentinamente, diria, num dia de muito vento “as mangas estão caindo no chão lá na Guiné” e daria um sorriso que, era certo, não se direcionava a nós que estávamos ali, mas às suas *gentes* que estavam lá.

O conjunto de fotos servia como registro da cerimônia, como recordação do infortúnio que se abatera sobre a família, como última imagem do pai de Maria, e também como uma forma de resgatar laços por vários países. Antes de passarem por mim, elas haviam viajado para distantes lugares, proclamando a passagem do patriarca amado para outro plano da existência: Portugal, Estados Unidos, Brasil, Itália, França, Senegal, Cabo Verde... todos estes países continham uma versão daquelas imagens e, de todos estes países, fluíram lamentos que, direcionados à Guiné, eram lembrados como um conforto para Maria. Afinal, essa corrente transnacional de lembranças

era prova de que seu pai havia existido nesse mundo, havia cativado tantas pessoas e feito bem a tantas outras.

Este evento era, na minha cronologia, o último grande acontecimento da narrativa que Maria me transmitia diariamente; era um momento que tantas vezes a ouvi mencionar com tristeza e solenidade na voz. De certo modo, era como se sua história estivesse em suspensão ali, nada tinha acontecido depois que merecesse ser contado, e tudo havia acontecido antes por intermédio do patriarca agora falecido. Lembro-me de um dos nossos primeiros diálogos, quando ela me disse:

– Eu já morei no Brasil, sabe? Vivi alguns anos lá a fazer um curso de enfermagem que meu pai pagava, mas não cheguei a concluir, porque engravidei e logo tive que voltar para a Guiné, ficando na casa do meu pai durante os primeiros anos de meu filho.

– O pai dele morava com vocês?

– Não! Ele foi morar na *tabanka* da família dele e, com o tempo, paramos de nos falar. Meu pai não queria que eu sáísse da casa dele.

O pai dela aparecia assim, de surpresa nos nossos diálogos, sempre sendo figura decisiva no destino de Maria, definindo os rumos que sua vida tomaria e os quais ela parecia ter aceitado de bom grado.

A relação de minha anfitriã com seu pai era de muito carinho e admiração e, sendo a mais nova do primeiro casamento dele, ela brincava que era a *kodé*, a favorita, a mais acarinhada, mesmo depois de ter se tornado adulta, tido seus filhos e saído do país. Ele, embora fosse cabo-verdiano, havia escolhido a Guiné-Bissau como pátria, casou-se com uma mulher guineense (mãe de Maria, falecida muito tempo antes da minha pesquisa) com quem teve 4 filhas e nenhum filho. Após enviuvar, ele casou-se novamente com uma mulher muito mais nova, com quem teve mais uma filha. Morreu com quase 90 anos, depois de construir um considerável patrimônio em Bissau, a capital do país. Maria contava-me da enorme casa que o pai tinha construído e das casas menores que foram erguidas à volta para abrigar as filhas e suas famílias e que até hoje estavam lá, esperando a reunião da partilha que demoraria algum tempo para acontecer.

Segundo ela me explicou naquele silencioso jantar numa noite de verão, quando morre alguém como o pai, que possui extensa família e muitos bens, algumas medidas são adotadas. Foi assim que aprendi um pouco sobre os

rituais fúnebres da Guiné-Bissau, o sacrifício do bode ou carneiro no momento do enterro, a destruição ritual de alguns bens, o dar de comer ao morto com comidas específicas e preparar a cova com cachaça e óleo de palma, e o ato de cada família ali representada presentear a filha mais nova com um tecido típico. Neste caso, Maria recebeu sobre os ombros, que se sacudiam em choro, diversos tecidos coloridos que ela depois redistribuiu para as irmãs, ficando com alguns para si. Após o enterro, a casa do pai deveria ficar fechada por um ano para, só então, poder ser realizada a partilha dos bens (como roupas, livros e outros artefatos). Ela me contava rindo com uma certa malícia, que queria ser a primeira a chegar para poder “abrir o baú”.

– Como assim “abrir o baú”? Você diz, um baú mesmo?

– Sim e não. Tem mesmo um baú trancado que a gente só pode abrir depois de um ano e com todas as filhas presentes, mas tudo da casa vai ser dividido entre nós.

– Ah, entendi, o baú é a casa também, né?

Apesar de ela demonstrar sua vontade em chegar primeiro, ela e eu sabíamos muito bem o que aconteceria: ela escolheria o que ia querer levar de volta para Cabo Verde e, ao fim, redistribuiria tudo conforme as irmãs fossem pedindo, assim como fizera com os tecidos que ganhara no enterro do pai (eu, em um momento de incredulidade, ganhei de presente o penúltimo pano antes de meu retorno ao Brasil). Conseguimos fazer esta previsão por conta de um vaticínio realizado pelo pai há mais de 20 anos.

– Ele dizia assim para mim: “Maria, minha filha, você tem o *kurasão furadu*”.

– *Kurasão furadu*? Como assim??? – perguntei, bastante curioso com a expressão (sempre que ela surgia com uma expressão nova, eu registrava e adicionava à coleção). Ao que ela respondeu:

– *Kurasão furadu* é alguém que dá tudo que tem, não fica com nada. Não vê que tudo que eu ganho no voluntariado no Banco Alimentar eu distribuo ou uso no jardim? Meu pai dizia que não podia ser assim demais, porque quem dá tudo, dá até a roupa do corpo e fica sem nada!

Apesar desta profecia, seu pai elogiava a generosidade da filha e a incentivava, porque era assim que ela ia longe e faria muitos amigos. Por onde passava, Maria era lembrada pela sua capacidade de ajudar o próximo e recebia muito em troca. Ela contava que recebera todo o enxoval da sua primeira criança

de presente das mulheres com quem morou em um pensionato em Minas Gerais, Brasil. O presente fora dado em gratidão pelos momentos que ela passou junto às outras moradoras e às freiras que gerenciavam o lugar. Ela se orgulhava de gastar muito pouco consigo, porque deus (o Cristo) lhe dava tudo que ela precisava e tudo chegava na mão dela. De toda forma, a generosidade de Maria, ou melhor, seu *keurasão furadu*, era sua marca registrada.

Durante minha estadia em sua casa, eu ficava observando enquanto as pessoas iam e vinham trazendo demandas, desabafos, problemas, imbróglios, pedidos de ajuda... Enfim, a toda hora da noite e do dia batiam pessoas na porta do jardim, que era também nossa casa, e Maria as recebia, sentando-as nas cadeirinhas do jardim e ouvindo suas histórias. Às quartas e sextas-feiras de tarde, ela trabalhava como voluntária numa fundação com sede em outro bairro, a Achada Grande, onde também funcionava o Banco Alimentar. Nestes trabalhos, ela conhecia ainda mais gente, ganhava muita comida, que era distribuída para a comunidade, e tinha acesso a informações e cursos profissionalizantes, sobre os quais ela fazia circular a palavra e conclamava as amigas para que fossem se matricular. Ela mesma não fazia os tais cursos, porque já tinha seu jardim de infância para cuidar, o que era seu sonho há muito tempo... mas disso, falo depois.

Mais ou menos uma vez por mês, Maria voltava do seu voluntariado de táxi, carregada de mantimentos e itens dos mais diversos: roupas de criança e de adultas, sacos de arroz de 20 quilos, latas de feijão, milho e lentilha, pequenos itens que poderiam ser comercializados na rua, e artigos de higiene pessoal que eram levantados juntamente aos supermercados pelo Banco Alimentar e pela Fundação na qual ela se voluntariava. Ela logo fazia circular os bens, ligando para as pessoas que conhecia e que sabia que aceitariam de bom grado a oferta, ou chamando as crianças do jardim em um canto e distribuindo as roupas para as que ela julgava que necessitavam mais. Para as crianças era uma festa! As que ainda estavam no jardim quando ela voltava do voluntariado se dispunham a ajudar carregando as sacolas e aproveitando para investigar o conteúdo das latas, já a postos para tão aguardado aviso:

– Sexta vamos comer *katxupa*!

E isso bastava para que elas fizessem festa e muito barulho. *Katxupa*, o prato nacional, era o favorito das crianças (bem, não só delas, mas de Maria, de seus filhos, das vizinhas e meu também), e consiste num ensopado que, no jardim, continha os grãos que vinham da Fundação, mais os legumes e folhagens que Tita, mãe de uma das crianças que frequentava o jardim, doava de

vez em quando e alguma carne ou peixe que estivesse disponível no momento. O prato era tão especial que só era feito para celebrar aniversariantes, ou em datas comemorativas como a atividade do Dia das Mães, e ainda, os passeios que organizamos com as crianças para os parquinhos da cidade. Ver os grãos chegando com Maria despertava nas crianças a expectativa de todos estes eventos, e algumas já pensavam em que roupa bonita usariam no dia ou planejavam quantas tigelas comeriam, competindo entre si. Para nós, as adultas, esse era um dia de ir dormir tarde, separando os itens, guardando o que deveria ser guardado e distribuindo o que deveria ser distribuído.

Essa generosidade foi a minha sorte grande. Desde nosso primeiro contato, por telefone ainda, quando eu tateava a possibilidade de visitar seu jardim de infância e conhecer as crianças que lá ficavam, eu pude sentir seu coração aberto e sua boa vontade...

– Alô?

– Alô! Maria? Meu nome é André, sou brasileiro e estou fazendo uma pesquisa com crianças da cidade da Praia e eu queria saber se... – comecei, cheio de dedos, a falar no telefone, mas ela logo me interrompeu:

– Claro, André! Sim, venha! O jardim fica aqui na *Zona*, sabe chegar? – E me deu as instruções antes que eu pudesse responder, desligando em seguida. Ao fundo, pude ouvir o barulho característico de uma aglomeração de crianças, o que viria a ser a trilha sonora dos meus dias de pesquisa. Visitei o jardim alguns dias depois do combinado, e fui surpreendido com uma calorosa recepção, um generoso almoço e um convite para que eu continuasse frequentando o lugar. Imaginem a sorte! Lembrarei para sempre de Maria saindo de dentro da casa enquanto as crianças me olhavam curiosas, apontavam minhas tatuagens e *piercings* e franziam o cenho para a pessoa desconhecida que acabara de chegar. Ela vinha usando um vestido amarelo estampado com quadrados pretos com um belo recorte, como eu vira sendo feito no mercado Sucupira, os cabelos estavam arrumados em tranças grossas e enroladas em um grande coque no alto da cabeça, carregava nas mãos um papel que entregou a uma mãe que estava aguardando e depois sorriu, me abraçou e me pôs a participar do dia a dia.

Quando olho para trás, consigo ver como eu já sabia o que o pai dela lhe dizia antes mesmo que ela me contasse a história de como ele lhe chamava de *kurusão furadu* e como a incentivava a ser assim para viver uma boa vida e ter sempre muitas amizades. Eu já havia percebido tudo isso, ou melhor, já havia

sentido tudo isso agindo como engrenagens da minha pesquisa, da minha vivência etnográfica no bairro. Maria abria sua rede de amizades e relações para mim, me levava com ela aonde ia, me convidava a participar e conhecer diferentes grupos. Sendo ela uma pessoa de muitos pertencimentos, pude contar com a sorte de poder pertencer também a vários lugares e a grupos diferenciados.

Essa “sorte” sobre a qual tanto falo talvez seja um sinônimo para “trabalho”. Digo isso, pois Maria só me levou onde levou porque eu me dispus a caminhar junto dela, passando por dificuldades em comum, como a falta de luz da noite de verão que abre este texto, ou estando ao seu lado nas brigas com a vizinhança (que eram poucas, mas aconteciam), ou ajudando-a com favores específicos que ela, sem poder se ausentar do jardim, não poderia realizar para si mesma. Essa sorte, esse “trabalho”, é resultado de uma construção cotidiana de afetos e partilhas. Maria elogiava, por exemplo, minha disposição em comer de tudo o que era ofertado e dizia isso para todas as pessoas para quem ela me apresentava. Por quê? Penso que é porque aceitar partilhar de tudo apesar das diferenças que se interpunham entre nós (gênero, geração, nacionalidade, religião, projetos e trajetórias de vida) demarcava um lugar especial da nossa relação, uma proximidade intensa, e isso era reconhecido também pelas outras pessoas, que podiam se sentir mais dispostas a compartilhar seus cotidianos comigo. Uma “sorte” de conviver e se ajudar.

Era sempre ao pai dela que retornávamos quando eu comentava essa sorte grande que eu tinha tido, e ela me dizia que só fazia o que havia aprendido com ele. Ela chegara a morar com o pai durante um tempo da vida adulta antes de decidir se estabelecer em Cabo Verde para prosseguir com seu sonho de trabalhar na educação infantil. Ela me contava, saudosa, que o pai sempre lhe dera tudo do bom e do melhor e fazia campanha para que ela desistisse de seus planos de se mudar e permanecesse na casa dele para sempre. Ele vivia feliz com a filha mais nova e o neto, o primeiro filho de Maria, morando com ele em Bissau. Era, de certa forma, uma realização de parte do sonho dele, pelo que ela me contava, sonho este que se concretizaria plenamente quando todas as filhas retornassem para a casa e a família estivesse junta de novo. O sonho se realizou, de alguma forma, e Maria reconhecia isto quando me dizia que o pai certamente morreu feliz, porque sabia que as filhas corriam para encontrá-lo.

Agora imaginem: ela, recém-separada de seu primeiro companheiro e com um filho para criar, sem perspectiva de emprego em Bissau, uma formação incompleta em enfermagem e uma vocação católica pela caridade, decidiu

que não queria viver às custas do pai e, com coragem e pouca bagagem, partiu para Praia, onde vive até hoje na busca diária por realizar os sonhos que construiu ao longo de uma vida, passando por diversos lugares.

Antes da separação do primeiro companheiro e do retorno à casa do pai em Bissau, Maria havia morado em outros países. Contava com uma breve passagem por Portugal, onde sua irmã mais velha mora até hoje, e com uma longa estadia no Senegal, onde entrou para um convento, avançou nos estudos, quase se ordenou e fez amizades para uma vida toda. No entanto, não seguiu a vocação de freira, saindo do convento após um acidente da cozinha que a traumatizou para a vida toda. Foi no Senegal, em Dakar, que aprendeu o francês que tentou me ensinar, mas que nunca consegui dominar como ela, e foi também lá que ela aprendeu as técnicas de tingimento de tecido que trouxe para a Praia e que ensinava para outras mulheres em cursos profissionalizantes nas associações em que participava. Um conjunto de roupa de cama tingido com a técnica senegalesa chegava a valer 15 mil escudos cabo-verdianos em Praia (cerca de 700 reais na cotação atual), o que representava uma boa renda para mulheres sem outra fonte de recursos e um modo de empoderar as famílias, o que era um dos objetivos principais dos diversos cursos profissionalizantes ofertados por instituições como a Fundação.

Além desses países dos quais ela guardava boas memórias, ela havia morado no Brasil, quando o pai lhe pagara um curso de enfermagem. E, como já disse, fez grandes amigas que a ajudaram no momento da gravidez, quando precisou abandonar o curso para cuidar de seu filho recém-nascido. Esta viagem ao Brasil, contada por ela como se em outra vida fosse, com as memórias distantes e incertas (“como era o mesmo o nome da cidade”, ela murmurava, tentando lembrar o nome de Belo Horizonte) era a que nos aproximava mais. Ela costumava me dizer: “Você é meu irmão do Brasil! É quem me dá notícias da minha outra casa”; e assim ela me apresentava para várias pessoas que perguntavam quem era aquela pessoa que morava em sua casa. A certa altura, passei a me apresentar assim para algumas pessoas que me perguntavam, sem muito tato, o que afinal eu fazia morando na casa de Maria. O boato corria de que eu era o novo companheiro dela, o que despertava ciúmes no ex-marido, o segundo companheiro, que ainda morava na *Zona*, e dessa encrenca eu queria muito escapar! Então, quando me apresentava como “o irmão de Maria lá do Brasil”, algumas pessoas davam de ombros e pareciam satisfeitas, afinal, ela recebia muitas visitas de outros países. Outras pessoas me questionavam como era

possível eu ser irmão dela se era brasileiro e ela, guineense, e então era minha vez de dar de ombros e dizer que era assim mesmo. Os filhos dela, que me chamavam de tio e assim me apresentavam, também colaboravam para construir essa imagem do irmão distante que estava de passagem.

Ao longo dos muitos meses de pesquisa, Maria me apresentou muitas pessoas, lugares, histórias e muitos conceitos. Seu jardim era referência no bairro e os conhecimentos dela eram buscados por diversas mães que precisavam de ajuda com as suas crianças. Eu nunca soube ao certo de onde veio a paixão dela por crianças, mas sabia que o jardim de infância era um sonho antigo que a fizera ir atrás de um curso profissionalizante de cuidadora que lhe permitisse gerenciar uma instituição assim. Em Praia, ela havia trabalhado em outros jardins e, num deles, ganhara o apelido de “Tia *futi-fut?*”, que ela me disse, rindo, se referia à sua mania de estar sempre arrumando e organizando as coisas. No entanto, trabalhar em outros jardins a colocava longe de casa e dos filhos e, portanto, ela passou a perseguir um novo projeto, o de abrir a própria instituição com “o suor do seu trabalho”. De pouco a pouco, ela conseguiu colocar em funcionamento um pequeno jardim de infância que funcionava em sua casa e recebia quase 40 crianças (alguns dias recebia mais, outros dias, menos) de diversas idades entre zero e seis anos, o que permitia que muitas mães pudessem sair para trabalhar e confiar suas crianças a alguém com experiência no cuidado.

Dessas muitas crianças, várias frequentavam o jardim *de graça*, dito sussurrado, como que para esconder do ouvido de toda gente. Acontece que algumas mães não tinham condição alguma de pagar pelo serviço, mas precisavam muito de alguém que olhasse por suas crianças. Eram mulheres sozinhas, sem parentes, longe de sua rede de conhecidas e amigas, recém-chegadas ao bairro, ainda sem a confiança que outras mães tinham em deixar suas crianças sob os cuidados das pessoas das redondezas. Eram mulheres que não recebiam nenhum dinheiro dos *pais-di-fidju*, os pais das crianças, e, portanto, arcavam sozinhas com o custo da casa, da alimentação, do vestuário e da educação de suas filhas e filhos. Sobre essas mães, Maria me dizia, às vezes com lágrimas nos olhos, que não tinha como cobrar destas mulheres, que não havia espaço em seu coração para isso, seria maldade. E, novamente, evocava a imagem do pai a lhe dizer que era *keurasão furadu*, e que assim teria amigas para a vida toda.

Ao chegar à Praia com o primeiro filho, Maria contou com toda sorte de auxílio e solidariedade. Muitas foram as mulheres que abriram sua casa para recebê-la enquanto ela se estabelecia e ia atrás de empregos e oportunidades.

Dessas mulheres ela falava com carinho, chamando as mais velhas de mãe. De fato, conheci tantas mães de Maria durante minha pesquisa que ficava maravilhado com a existência de tanto carinho entre pessoas que, até determinado momento, não se conheciam. Dessas mães, a que se fazia mais presente era a Dona, uma reconhecida e muito requisitada feiticeira guineense que durante anos morou em Praia. Dona às vezes vinha para se hospedar com Maria, lhe dava conselhos, prescrevia remédios e preceitos a serem seguidos para protegê-la, proteger a casa, os filhos e os negócios. Maria buscava cumprir todos, inclusive me conclamando a obedecer também, como no dia que, sem querer, varri no sentido da rua a sujeira que era para ser guardada e depositada em outro lugar posteriormente, sob risco de permitir a entrada da inveja na casa.

Essas mulheres ajudaram Maria a escrever sua história, e disso ela nunca se esquecia. Ela ligava com frequência, separava porções do que recebia para entregar a elas quando tivesse oportunidade, ou largava tudo e saía correndo pronta para ajudar quando algumas delas pedia seu auxílio. Algumas das mães não eram muito mais velhas, enquanto outras já tinham idade para serem avós dela. Destas, eu só ouvia histórias, porque já não saíam mais de casa, ou já haviam morrido.

Era por causa dessas mulheres que muitas outras podiam contar com o jardim de graça. Maria só pedia que as mães que precisavam deste auxílio, fornecessem o lanche das filhas e filhos, porque ela não podia arcar com esta despesa. Mas a realidade da *Zona* podia ser mais complicada do que parecia a princípio, e mesmo o lanche era muito para que as mães dessem conta de garantir. Nestas horas, Maria dava seu jeito! Pegava um pouco daqui, outro pouco dali, um biscoito de um, uma banda de maçã de outra e logo estava montado um lanche para a criança que estava sem. Uma vez ouvi, de uma mais velha no meu terreiro de candomblé, que “a necessidade é a mãe da invenção”, porque sempre precisamos improvisar algo. No caso do jardim de Maria, a necessidade é, de fato, a mãe da generosidade.

Sobre a mãe que lhe dera à luz, Maria dizia pouco, apenas que era mulher calma, gentil e amorosa, que fora boa mãe e boa companheira para o pai. Havia um amor profundo na lembrança da mãe, uma saudade irremediável. Mas Maria teve tantas mães em sua vida que se sentia acolhida aonde ia, via sua mãe em todas as outras, então ela não tinha mesmo ido embora, estava ali sob outras formas. Agora, sobre o pai...

– Mãe eu tive várias, mas pai, só tive um! – ela dizia orgulhosa.

E era mesmo... pai ela tinha só um. E ela sempre falava dele e lembrava o que havia aprendido. Ela lembrava até a única surra que levava do pai quase 40 anos atrás, quando ele descobrira que ela jogava futebol escondida, depois de ter sido proibida de jogar por ser menina. Ela conta que ele lhe bateu com tristeza e que, mesmo que ela ache que ele foi injusto, entende o papel dele de pai, porque hoje ela é mãe de seus dois filhos e precisa ser, como ela me dizia, pai e mãe ao mesmo tempo.

E de novo o pai... conversar com Maria era ter a certeza de um eterno retorno ao pai. Todas as suas histórias, conquistas e memórias pareciam atreladas à figura deste senhor, de alguma forma. Se ela falava de sua terra natal, a Guiné-Bissau, ela certamente terminaria falando da última vez que esteve lá, no fatídico ritual fúnebre, na porta da saudade, lá onde a falta é sentida mais forte, um mundo de lembranças e ausências... depois que ela respondeu à pergunta que fiz, voltamos ao silêncio exausto do dia de trabalho enquanto a vela lentamente diminuía, pingando cera no castiçal de madeira. O silêncio agora era outro, tinha mais alguém calado conosco.

Uma nota antropológica...

Em 2013, Marshall Sahlins publicou a obra curta, porém intensa, *What kinship is – and is not*, em que analisa o parentesco sob a ótica da mutualidade do ser. Para o autor, a mutualidade consiste em um compartilhamento intenso de existências. Comer, morar e viver junto, compartilhando a mesma terra não apenas seriam elementos que unem as pessoas em poderosos laços de proximidade, mas podem representar também modos pelos quais as pessoas ficam tão imbricadas, que o que acontece a uma, pode afetar diretamente a outra. Por intermédio da mutualidade do ser, as vidas implicam-se umas nas outras, tecendo uma rede de afetos intensa que acaba por formar a própria base do parentesco. Ser mutuamente é construir parentesco.

A partir desta perspectiva, não consigo deixar de refletir também sobre minha experiência de campo tendo Maria como minha anfitriã e minha principal interlocutora adulta. O fazer etnográfico é, por definição, a construção de uma proximidade com o outro, nossos sujeitos de pesquisa em um alto grau

de intensidade. Se pensarmos em Malinowski (1976), que estruturou o método que utilizamos e revisamos em nossa disciplina ao longo das décadas, a aventura começa com o deslocamento (material, geográfico, simbólico, metafísico, virtual) daquele que pesquisa e se propõe a integrar uma rede de relações que está posta antes de sua existência e na qual quem pesquisa precisa ser incorporada para construir seus dados etnográficos.

Em meu deslocamento, pude contar com toda a sorte que nunca sonhei que teria. Ao ser apresentado a Maria, fui inserido em uma rede sempre viva, construída com solidariedade e trocas constantes, e que me permitiu estar sempre perto das crianças, minhas interlocutoras privilegiadas de pesquisa. Ser inserido nesta rede me fez compartilhar condições materiais de existência, dificuldades do cotidiano, prazeres do dia a dia e alegria nas conquistas de minhas interlocutoras. Da mesma forma, elas comemoravam comigo as minhas pequenas vitórias, como aprender a falar o crioulo cabo-verdiano e me comunicar na língua materna sem que elas precisassem realizar um esforço de tradução ou de acesso à língua portuguesa, que é, na prática, uma segunda língua pouco usada. Elas me permitiram, à medida em que me permiti, ser absorvido e incorporado nas redes de cuidado com as crianças. E foi compartilhando as práticas de cuidado e me estabelecendo nas redes de solidariedade que me vi sendo parente.

Por meio da mutualidade do ser, o meu deslocamento inicial transformou-se em acolhimento. Maria me tinha como um irmão, colocando-me como tio de seus filhos e, portanto, uma pessoa imediatamente responsável pelo bem-estar deles. Essa proximidade intensa também me proporcionou ser incorporado na rotina prática, financeira e afetiva e na dinâmica de trocas entre as casas permitindo um trânsito seguro e um acesso fácil às diversas partes do bairro onde minha pesquisa se realizou.

O que argumento é que o fazer etnográfico, pensado a partir do estabelecimento de intensas relações sociais, é uma forma de criar um parentesco fluido, que, tal como aponta Carsten (2014), se dilui e se espessa ao longo do tempo, ou dadas as condições sociais. A autora reflete ainda sobre aspectos negativos e positivos da relação de parentesco, nos provocando a inserir em nossas análises outras camadas desse universo. Em outra obra (Carsten, 2003), a autora se dedica a estabelecer o parentesco como um universo criado também a partir da proximidade, de modo que ele não está ligado ao sangue, mas à continuidade por meio da construção e manutenção de redes. O contexto cabo-verdiano é atravessado por esta prática de construção de proximidade e de “fazer família”,

como mostram diversas autoras que pesquisam no arquipélago (Dias, 2000; Drotbohm, 2009; Lobo, 2014, para citar apenas algumas).

No caso de Maria, é a sua prática de receber bem as pessoas que estabelece essa proximidade e mantém viva uma relação de proximidade que ficamos confortáveis em chamar de “familiar”. Mesmo para os padrões da morabeza cabo-verdiana, isto é, para a boa recepção e generosidade para com o outro, as atitudes de Maria parecem ser particularmente acentuadas pelo seu histórico de vida e seu posicionamento religioso (incluindo a vida no convento senegalês) e pela sua relação com o pai, que sempre lhe aconselhava a se manter generosa. Minha interlocução com ela tornou-se amizade e irmandade, construída no dia a dia e mantida posteriormente ao meu retorno ao Brasil pelas formas costumeiras de atualização das relações além-mar, principalmente pelo uso do telefone.

É importante ressaltar os modos pelo qual a dona do jardim interpunha novos estatutos à nossa relação. Ela surgiu, a princípio, pela brasilidade: minha por origem, dela por adoção afetiva. Ela acionava seu período de estudos no Brasil como uma forma de pertencimento, de modo que o tínhamos em comum, a princípio, era o ser brasileira e ter conexões afetivas com esta terra. Foi compartilhando esta conexão que nos entendemos a princípio e ao longo do campo, estabelecemos trocas que nos permitiram reforçar essa ligação. A troca culinária é o maior exemplo disto.

Mais que comermos juntas e compartilharmos diversas refeições ao longo dos meses de pesquisa, compartilhamos também receitas, saberes e sensações que só o universo da alimentação nos proporciona. Tive oportunidade de fazer pratos brasileiros dos quais ela sentia falta, como uma boa canjica de festa junina, e tive oportunidade de aprender pratos guineenses que ela havia aprendido com a mãe na juventude e continuava a fazer sempre, porque lhe permitia se lembrar de casa. Compartilhar a comida implicava também em compartilhar das condições em que elas eram preparadas e daquilo que as condições materiais e financeiras permitiam ter como alimento. Ao aceitar toda refeição de bom grado, eu reforçava minha relação com Maria, mostrava a ela minha disposição em me manter próximo e vivenciar seu mundo, e o que talvez fosse mais importante: rompia barreiras de discriminação baseadas em sua identidade estrangeira. Explico-me.

Maria, sendo guineense de nascimento, era chamada de *mandjaka*, termo que originalmente se refere a uma etnia guineense, mas que é utilizada no cotidiano de forma pejorativa para se referir a todas as pessoas que vêm do

continente africano. Eufémia Rocha (2009) mostra como esse termo é envolto em tensões étnico-raciais e é acionado como forma de diminuir aqueles que assim são chamados. Com Maria não era diferente: em momentos de briga, a categoria *mandjaka* era logo acionada para ofendê-la e ela reagia tomando para si esse marcador e admitindo seu orgulho em ser guineense. No entanto, existiam outras formas dessa classificação atingi-la. Ela me contava de uma vez em que quase fora despejada da casa em que morava, pois a vizinha que alugara outro cômodo da casa havia iniciado boatos de que Maria era “porca”, “suja” e que estava destruindo a casa. A acusação, feita à proprietária, que morava em outro país, era baseada na crença de que *madjaks* são sujos, não têm noção de higiene e de cuidado. Esse evento era lembrado com muita mágoa por Maria, que teve que receber visita de parentes da proprietária para provar que os boatos eram falsos. Com grande peso na voz, ela afirmava que “*pobreza e ka sujidadi*” (“pobreza não significa sujeira”). Assim, ao aceitar compartilhar das condições materiais de sua vida, eu demonstrava não ser afetado por estes boatos e não me aliar a visões preconceituosas em relação aos estrangeiros, o que era de grande valor para ela (e para mim e minha postura diante do mundo que eu me propunha a conhecer).

A generosidade de Maria que destaco na longa história que inicia este texto me permitiu uma entrada suave em campo. Ela me inseriu em suas redes, me fez amigo de suas amigas, e permitiu que eu perguntasse e me informasse sempre que eu precisasse. Não se privou de fazer análises sobre as crianças e de me apontar suas peculiaridades para que eu anotasse em meu caderno. Assim, ela me apontava as mudanças sutis nos comportamentos das pequenas que ficavam vários dias sem frequentar o jardim, ou nas manias que algumas delas tinham, como o costume de Riquelme de cheirar toda comida que recebia antes de colocá-la na boca. Maria me atualizava dos acontecimentos quando eu não podia comparecer a algum evento e me mostrava, conforme encontrávamos as pessoas, quem eram as personagens das histórias que me contava.

Sermos mutualmente brasileiras e, portanto, irmãs, era uma forma de Maria classificar nossa relação, assim como ela as classificava com suas *gentis* da Guiné, suas amigas de Praia, suas parentes em Portugal e suas amigas-irmãs no Senegal. Tecendo e evidenciando estas formas de pertencimento, ela criava uma rede de afetos, dito aqui no sentido de Favret-Saada (2005), isto é, ela implicava pessoas nas condições de sua própria existência. Para explicar melhor, exemplifico com a minha incorporação na rotina do jardim.

Ao conhecer Maria e seu estabelecimento, fui aceito como um observador, tratado com certa distância por ser um hóspede (o irmão do Brasil). No entanto, à medida que fui me propondo a participar da rotina do jardim, percebi a relação ganhando novos contornos. Fui autorizado e convidado a dar de comer às crianças menores, supervisionar suas brincadeiras, dar ordens quando necessário etc. O ambiente de cuidado das crianças é particular em termos sensoriais: são cheiros, sons, gostos e formas diferenciadas de olhar e se atentar aos arredores. Ao adentrar neste espaço me propondo a participar, me permiti ser afetado por estes elementos sensoriais, partilhando intensamente da rotina de cuidados, compartilhando, inclusive, da estafa resultante dessa rotina.

Gosto de me lembrar, ainda, que ela me ajudou a construir uma imagem de cuidador no bairro, emprestando-me reputação e inspirando confiança das mães em minha pessoa. Inseriu-me nas redes de solidariedade que ela traçava cuidadosamente todo dia e me ensinava cada dia algo novo que carreguei para a pesquisa e carrego para a vida. Sendo muito generosa e conhecendo muita gente, sua casa nunca parava de receber visitas e os favores nunca paravam de acontecer, de forma que eram muitas as oportunidades de me apresentar enquanto seu “irmão do Brasil” e abrir portas para a minha investigação etnográfica. Ao mesmo tempo, ela demandava de mim que percorresse a cidade para realizar favores, adquirir determinados itens para o jardim, ou levar e trazer documentos. Ao realizar esses *mandados*, isto é, pequenos favores, eu ia me inteirando do cotidiano do bairro e da cidade, das demandas feitas pelos órgãos oficiais e da burocracia por trás da instituição de ensino, enquanto facilitava a vida de Maria e retribuía, com pouco, a dedicação dela à minha pessoa.

De contato inicial de pesquisa, passando a uma relação que se intensificou e transmutou-se em uma relação de parentesco caracterizada pelas práticas de cuidado com o outro, foi pela mutualidade do ser, isto é, a intensa partilha entre Maria e eu, que construímos nossa amizade. Por fim, é preciso refletir que nem todo contexto de pesquisa está apto a promover este tipo de relação e existe sim um elemento de casualidade e de sorte na relação etnográfica. É preciso que quem faça a pesquisa esteja desejoso de se aprofundar no mundo do outro em vários níveis além daquele de produção de conhecimento. No entanto, quando encontrada essa relação, ela necessita de atenção e cuidado, pois fluida por natureza, ela se constrói em um processo de trocas que, se pensarmos em Mauss (2017), não pode ser rompido sem consequências para as relações que se desdobram a partir desse regime de trocas.

Referências

- CARSTEN, Janet. *Culture of relatedness: new approaches on the study of kinship*. Edimburgo: Universidade de Edimburgo, 2003.
- CARSTEN, Janet. A matéria do parentesco. *R@U – Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2014.
- DIAS, Juliana Braz. *Entre partidas e regressos: tecendo relações familiares em Cabo Verde*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2000.
- DROTBOHM, Heike. Horizons of long-distance intimacies: reciprocity, contribution and disjuncture in Cape Verde. *The history of the family*, v. 14, n. 2, p. 132-149, 2009.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.
- LOBO, Andréa de Souza. *Tão longe, tão perto: famílias e “movimentos” na Ilha da Boa Vista de Cabo Verde*. 2. ed. Brasília: ABA Publicações, 2014.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Ubu, 2017.
- ROCHA, Eufêmia. *Mandjaks são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm de África: xenofobia e racismo em Cabo Verde*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Cabo Verde, Praia, 2009.
- SAHLINS, Marshall. *What kinship is – and is not*. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 2013.